

## **A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NO ENSINO FUNDAMENTAL: PROJETO NUNCA MAIS UM BRASIL SEM NÓS**

Vitória Shuyane Rodrigues da Silva Fernandes <sup>1</sup>

Marcos Francisco da Silva Lima<sup>2</sup>

Carine Gomes Oliveira <sup>3</sup>

Maria de Jesus Marques Silva <sup>4</sup>

O projeto que tem como tema “Nunca mais um Brasil sem nós: pela honra e valorização dos povos indígenas” tem como intuito despertar a conscientização para a luta do reconhecimento desses povos que ainda sofrem, de certo modo, uma repressão social. Considerando o esforço de fazer-se reconhecida a cultura dos povos originários nos tempos atuais, ainda há grandes dificuldades no que diz respeito, a inserção dos mesmos na sociedade, visto que, grande parte da população é composta por descendentes de povos indígenas e negros. Constatou-se que sua presença é praticamente nula em cargos de alto escalão dos setores da sociedade, a exemplo, meio político, econômico, jurídico dentre outros. Esse movimento de discriminação começou desde a chegada dos colonizadores portugueses no ano de 1500, provocando uma segregação étnica e aculturação desses povos. Esse processo que ocorre até os dias atuais com reflexos do Movimento Antropofágico vivido pelos portugueses. Diante desse cenário, é de suma importância o estudo desse assunto, uma vez que entender e dar voz a esses povos é uma das maneiras de reparar o mal causado no passado.

A Escola Municipal Dr. João Silva Filho, situada na zona rural de Parnaíba, durante um projeto desenvolvido pelo PIBID – Programa com Bolsa de Iniciação à Docência. Seguindo essa linha de raciocínio e pensando no contexto atual em que a escola está inserida, buscamos, mediante do tema proposto trazer uma experiência de forma plena com conhecimentos que servirão para o desenvolvimento dos alunos fazendo-os conhecer melhor a história e o que esses povos passaram.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, mf955136@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda pelo Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, vitoriashuyane@gmail.com

<sup>3</sup> Carine Gomes Oliveira: Licenciatura Plena em Pedagogia, Universidade Estadual do Piauí- UESPI, gomes\_kari@hotmail.com

<sup>4</sup> Docente da UESPI, Coordenadora do PIBID – Pedagogia, Doutora em Educação – dude@uespi.br:

Estiveram envolvidas nesse projeto as turmas de primeiro ao quinto ano, sendo 1 e 2, 3 e 4 salas multisseriadas, tornando assim o planejamento mais minucioso para que o conteúdo pudesse atingir toda a turma. Com o objetivo de tornar o momento de aprendizagem mais proveitoso, as propostas das atividades eram mais dinâmicas buscando dessa maneira uma maior participação de toda a turma.

Em relação ao conhecimento dos discentes em relação aos povos indígenas provou que houve um esquecimento sobre os valores, cultura e costumes deixados por esses povos. É certo dizer que, apesar de serem poucas, ainda há quem lute pelos direitos iguais para os indígenas. O artigo 231 da Constituição Federal de 1988 diz

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Seguindo essa linha de raciocínio e observando o cenário pela qual vivemos, é notório observar a mudança de hábitos desses povos, muitas vezes por pressão social para que possam se encaixar nos modos da sociedade e estereotipando comportamentos e costumes e assim mudando praticamente toda sua forma de vestir, a forma de falar e até mesmo seus valores.

Prática essa que vai sendo passado de geração em geração e chegando até às crianças. Começa a ser normalizado para elas que o indígena deve passar pelo processo de aculturação e desse modo, começam a enxergá-los não como pessoas e sim como máquinas que podem ser manipulados. É necessário a mudança de pensamento para que as crianças desde cedo compreendam a importância da existência desses povos. Fazer valer o artigo 231 da Constituição Federal e a luta das pessoas que se engajam por essa causa na valorização e normalização da cultura indígena.

No decorrer do projeto utilizamos da observação, um dos objetos principais para a prática pedagógica. Através dela foi possível evidenciar fatores importantes para o desempenho do objetivo, que foi proporcionar um novo olhar nos educandos para que eles desenvolvam um senso crítico a respeito da realidade dos povos nativos. Para que isso ocorresse, foram trabalhadas diversas áreas do aluno como, o visual, a oratória, cognitiva e sociointerativa. Mediante a isso utilizamos diversos métodos para corroborar com o andamento do projeto, tais como: roda de conversa; ilustrações; atividades lúdicas; práticas.

Para a roda de conversa foi apresentado o tema com o auxílio de ilustrações e indagado sobre o que as crianças conheciam sobre os povos nativos e como eles influenciam o cotidiano

delas, pois elas vivem em um ambiente no qual as presenças de atividades de origem nativas são muito marcantes, como por exemplo a pesca. Utilizando disto e do momento vivido, os festivais juninos, aproveitamos para falar sobre os alimentos presentes na cultura indígena e que foram introduzidos nessas festas e, por consequência, na nossa região, tais como, o peixe, a mandioca, o milho, o amendoim entre outros. Para tornar o momento mais lúdico usamos de lendas indígenas para falar sobre o assunto, logo em seguida foi proposto uma produção de desenhos sobre os alimentos que mais chamaram atenção deles para logo depois relatarem para a sala sobre o que produziram e o que aprenderam.

Após ser discutido e reforçado quais os alimentos e a importância de sabermos a origem deles, convidamos os alunos a produzirem um bolo de milho, que é um dos principais alimentos típicos dos nativos, este sendo cultivado desde muito tempo perpetuando até os dias atuais. Participaram de forma ativa do preparo, pois, durante esse momento íamos chamando um a um para ir colocando um ingrediente do bolo, depois de pronto foi feita a degustação. No último dia de projeto selecionamos três alunos para relatar tudo aquilo que vivenciaram e aprenderam durante as aulas. Foram feitas perguntas relacionadas ao tema e eles relataram com suas palavras as experiências vividas em sala de aula.

No decorrer do projeto, buscamos envolve-los em outras atividades direcionadas ao tema. Nossa prioridade foi sempre mostrar e valorizar as tradições e a grande relevância que os nativos implementaram na nossa sociedade, sua cultura, meio de vida e suas particularidades que influenciaram diversos costumes que hoje fazem parte de nosso cotidiano.

No nosso primeiro encontro com a turma percebemos que tinham pouco conhecimento sobre a cultura indígena e sobre o quanto contribuíram para a formação da nossa sociedade. Uma das dificuldades percebidas foi em relação ao entendimento sobre o período da piracema, que é a época que acontece a desova dos peixes que não se deve pescar, porém, muitos infelizmente não respeitam esse tempo. Em relação a isso, a maioria não tem o conhecimento sobre a origem desse costume que já era praticada pelos indígenas, causando dessa maneira, um desequilíbrio ambiental.

Mediante isso, pudemos pensar e elaborar da melhor maneira possível estratégias que pudessem ser atrativas e que contribuíssem para o melhor entendimento e desenvolvimento sobre o tema. Após ser trabalhado as metodologias, percebemos que eles mudaram sua visão sobre a importância dos povos nativos e sua influência na vida da civilização moderna. Foi observado por meio da fala deles ao serem perguntados sobre o que aprenderam, demonstrando terem adquirido consciência em relação a valorização e honra dos povos indígenas.

**Palavras-chave:** Povos Originários, Cultura, Formação Humana.

## **REFERÊNCIAS**

WERÁ, K. A terra dos mil povos: **história indígena do Brasil contada por um índio**. 2 edição. Editora Peirópolis, 8 de dezembro de 2020.

MANDURUKU, D. **Coisas de índio: versão infantil**. 3 edição. Editora Callis, 1 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.